



Antônio Corrêa de Lacerda*

Questão externa e desenvolvimento

As boas perspectivas para o crescimento da economia do País em 2004 são cada vez mais convincentes. O Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer 4%. A questão é transformar o crescimento deste ano em processo sustentado nos anos vindouros. Para isso há vários desafios simultâneos, mas, do ponto de vista macroeconômico, o mais complexo e prioritário deles é o externo.

Dado o fato de o Brasil possuir uma conta rígida deficitária de serviços (juros sobre a dívida externa, remessas de lucros e dividendos, etc.) do balanço de pagamentos da ordem de pelo menos US\$ 25 bilhões ao ano, a alternativa para diminuir nossa vulnerabilidade externa é gerar um expressivo superávit na balança comercial. Uma questão crucial em um mercado financeiro global extremamente volátil é possuir reservas adequadas para minimizar os efeitos do fluxo de capitais internacionais, cada vez mais volumoso e instável.

Isso é algo que requer um nível de câmbio que estimule a expansão das exportações e a substituição de importações. Para evitar a sobrevalorização artificial da taxa de câmbio devido ao influxo de capitais especulativos, é importante que a taxa de juros não estimule entrada de capitais de curto prazo. Da mesma forma, é necessário que haja perícia do Banco Central na calibragem dos instrumentos de política monetária e cambial, bem como na rolagem da dívida pública atrelada à variação cambial.

Outro ponto importante é ampliar a atração de capitais de longo prazo, especialmente os investimentos diretos estrangeiros e de preferência os relacionados ao aumento da capacidade produtiva e exportadora. Isso representa poupança externa que permite alavancar a taxa de investimentos, sem provocar desequilíbrios potenciais nas contas externas.

A questão principal é saber se a nossa perspectiva futura é uma repetição do passado recente pouco recomendável de instabilidade do nível de atividades ou se, de fato, a economia brasileira tem condições de virar o jogo. Há um conjunto de fatores da conjuntura internacional e doméstica que corroboram cenário positivo, apesar de algumas incertezas.

No quadro internacional, o desempenho favorável das economias norte-americana, chinesa e de outros países deverá consolidar o crescimento econômico mundial próximo de 4%. No rastro do crescimento da atividade, o comércio mundial deve expandir-se em pelo menos 7% a 8%, o que deverá favorecer o crescimento das exportações brasileiras. A balança comercial deverá superar o resultado positivo do ano passado, com um superávit próximo de US\$ 30 bilhões.

O Fed norte-americano tem como perspectiva elevar gradualmente a taxa de juros básica, como já fez recentemente, quando a aumentou de 1% para 1,5% ao ano, mas esse movimento não deverá inviabilizar o crescimento brasileiro. Há ainda o impacto da elevação do preço do petróleo, que permanece como incógnita. Tal elevação tem influência na demanda global e nível de preços internos, mas deverá ser amenizada nos próximos meses.

Do ponto de vista doméstico, poucas vezes tivemos um início tão favorável: um equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos e um superávit fiscal primário superior a 4% do PIB ao ano. Há espaço para uma diminuição das taxas de juros cobradas do tomador final. A baixa dos juros reais básicos contribuirá para diminuir o custo do financiamento da dívida pública e ampliar a oferta de crédito, o que, associado à recuperação da renda e do emprego, deverá trazer impactos positivos sobre o nível da demanda.

Portanto, um cenário de crescimento para a economia brasileira para este ano já está posto, até porque a base de comparação é bastante baixa, com o fraco desempenho do ano passado. O desafio será manter e ampliar esse resultado positivo nos próximos anos, de forma que não seja apenas uma bolha limitada ao curto prazo. Essa será uma questão crucial para a geração de emprego e renda que deverá motivar a realização de novos investimentos para ampliar a capacidade produtiva da economia.

Para isso é fundamental não só aperfeiçoar o arcabouço da política macroeconômica como flexibilizar o regime de metas de inflação, ampliando o espaço para diminuir a rigidez fiscal, aperfeiçoar o regime de taxa de câmbio flutuante administrado e implantar uma política de desenvolvimento. Da mesma forma, é preciso avançar em pontos igualmente importantes no campo da meso e microeconomia, como a questão regulatória, a implementação da política industrial e as medidas de diminuição do aparato burocrático.

Há grande interesse de investidores privados nacionais e internacionais em setores de infra-estrutura, principalmente energia, estradas e saneamento público, o que abre enormes possibilidades de ampliação de investimentos. É essa a combinação virtuosa que poderá colocar a economia brasileira no rumo do crescimento sustentado de longo prazo.

* Doutor em economia pela Unicamp, professor da PUC-SP, presidente da Sociedade Brasileira de Estudos sobre Empresas Transnacionais e da Globalização (Sobeet) e autor do livro "Globalização e Investimento Estrangeiro no Brasil" (Saraiva, 2004).